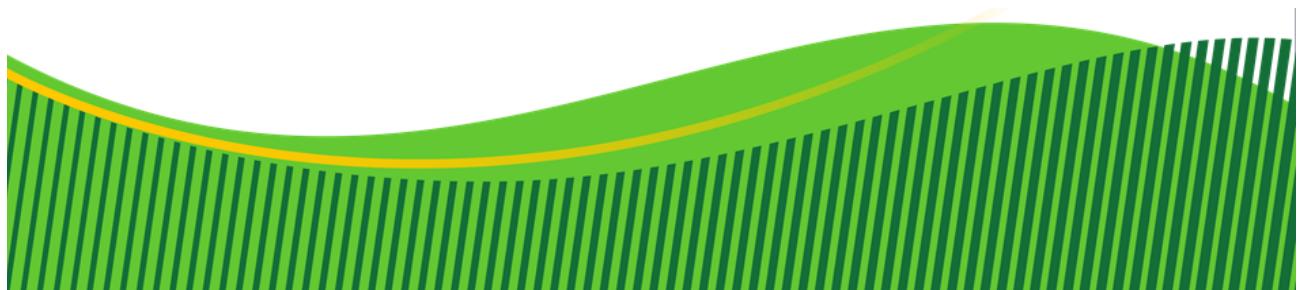


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados do Planalto Central - Sicredi
Planalto Central**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto
Central
Cristalina - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparéncia na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		368.889	294.732	CIRCULANTE		201.159	147.426
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	6.529	4.940	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	58.813	49.823
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		103.570	111.042	Depósitos à Vista		54.420	48.632
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1	1	Depósitos Interfinanceiros		-	53
Depósitos no Banco Central		35	227	Depósitos a Prazo		4.393	1.138
Correspondentes no país		78	32	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		98.391	69.194
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	103.456	110.782	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		6	-
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 06)	244.310	166.858	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	98.385	69.194
Operações de Crédito		254.323	179.680	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		943	379
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(10.013)	(12.822)	Recursos em Trânsito de Terceiros		943	379
OUTROS CRÉDITOS		13.298	10.651	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	12.046	-
Créditos por Avais e Fianças Honrados		198	192	Empréstimos País - Outras Instituições		12.046	-
Rendas a Receber		735	734	OUTRAS OBRIGAÇÕES		30.966	28.030
Diversos	(NOTA 07)	12.642	9.972	Cobrança e Arrecadação de Tributos		139	49
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(277)	(247)	Sociais e Estatutárias		1.028	589
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	1.182	1.241	Fiscais e Previdenciárias		841	797
Outros Valores e Bens		1.094	1.168	Diversas	(NOTA 14)	28.958	26.595
(Provisão para desvalorização)		(62)	(3)				
Despesas Antecipadas		150	76				
NÃO CIRCULANTE		67.055	38.812	NÃO CIRCULANTE		162.906	134.643
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		67.055	38.812	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		162.906	134.643
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	110	54	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	161.543	134.097
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		110	54	Depósitos a Prazo		161.543	134.097
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 06)	45.557	20.544	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	1.063	239
Operações de Crédito		51.388	28.793	Repasses Interfinanceiros		1.063	239
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(5.831)	(8.249)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		300	307
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	1	1	Diversas	(NOTA 14)	300	307
Diversos		1	1				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	8.432	8.401	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.879	51.475
Outros Investimentos		8.432	8.401	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	44.874	36.631
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	11.533	8.718	De Domiciliados no País		45.113	36.832
Imóveis de Uso		152	151	(Capital a Realizar)		(239)	(201)
Outras Imobilizações de Uso		15.247	11.236	RESERVAS DE SOBRAS		22.813	13.127
(Depreciação acumulada)		(3.866)	(2.669)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	1.422	1.094	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.192	1.717
Outros Ativos Intangíveis		2.137	1.541				
(Amortização acumulada)		(715)	(447)				
TOTAL DO ATIVO		435.944	333.544	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		435.944	333.544

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)			
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	33.999	-	33.999	64.549	-	64.549	50.075	7	50.082	
Operações de Crédito	33.996	-	33.996	64.544	-	64.544	49.712	7	49.719	
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3	-	3	6	-	6	362	-	362	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(1)	-	(1)	-	-	-	
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(15.930)	(261)	(16.191)	(30.898)	(417)	(31.315)	(29.009)	(203)	(29.212)	
Operações de Captação no Mercado	(7.776)	(14)	(7.790)	(16.302)	(25)	(16.327)	(15.079)	(14)	(15.093)	
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.697)	(247)	(3.944)	(6.296)	(392)	(6.688)	(4.523)	(189)	(4.712)	
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	(4.457)	-	(4.457)	(8.300)	-	(8.300)	(9.407)	-	(9.407)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	18.069	(261)	17.808	33.651	(417)	33.234	21.066	(196)	20.870	
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.658)	1.576	(8.082)	(17.513)	2.777	(14.736)	(12.461)	839	(11.622)	
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.206	3.305	5.511	3.930	5.917	9.847	3.203	3.815	7.018	
Rendas de Tarifas Bancárias	2.309	-	2.309	4.225	-	4.225	3.488	-	3.488	
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.582)	(662)	(9.244)	(16.345)	(1.160)	(17.505)	(14.476)	(816)	(15.292)	
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(7.452)	(738)	(8.190)	(14.447)	(1.341)	(15.788)	(12.904)	(1.029)	(13.933)	
Dispêndios e Despesas Tributárias	(10)	(175)	(185)	(19)	(297)	(316)	(16)	(905)	(921)	
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	(Nota 20)	6.916	129	7.045	15.421	180	15.601	22.394	382	22.776
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(Nota 21)	(5.045)	(283)	(5.328)	(10.278)	(522)	(10.800)	(14.150)	(608)	(14.758)
RESULTADO OPERACIONAL	8.411	1.315	9.726	16.138	2.360	18.498	8.605	643	9.248	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(203)	(7)	(210)	(227)	11	(216)	(510)	14	(496)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.208	1.308	9.516	15.911	2.371	18.282	8.095	657	8.752	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	298	298	-	-	-	-	-	-	
Provisão para Imposto de Renda	-	171	171	-	-	-	-	-	-	
Provisão para Contribuição Social	-	127	127	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.208	1.606	9.814	15.911	2.371	18.282	8.095	657	8.752	
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.371	(2.371)	-	657	(657)	-	
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	8.208	1.606	9.814	18.282	-	18.282	8.752	-	8.752	
DESTINAÇÕES	-	-	-	(14.090)	-	(14.090)	(7.035)	-	(7.035)	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.805)	-	(3.805)	(2.990)	-	(2.990)	
Fates - Estatutário	-	-	-	(599)	-	(599)	(245)	-	(245)	
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.186)	-	(7.186)	(2.943)	-	(2.943)	
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(857)	-	(857)	
Reserva de Expansão	-	-	-	(2.500)	-	(2.500)	-	-	-	
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.192	-	4.192	1.717	-	1.717	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	32.007	9.327	-	1.642	42.976
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	815	-	-	(1.623)	(808)
Outras destinações	-	-	-	(19)	(19)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.884	-	-	-	3.884
Baixas de capital	(2.875)	-	-	-	(2.875)
Resultado do período	-	-	-	8.752	8.752
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(245)	(245)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.943	-	(2.943)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.800	-	-	(2.990)	(190)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	857	-	(857)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	36.631	13.127	-	1.717	51.475
Mutações do Período	4.624	3.800	-	75	8.499
Saldos no início do período em 01/01/2017	36.631	13.127	-	1.717	51.475
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	850	-	-	(1.693)	(843)
Outras destinações	-	-	-	(24)	(24)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	6.352	-	-	-	6.352
Baixas de capital	(2.500)	-	-	-	(2.500)
Resultado do período	-	-	-	18.282	18.282
Destinações	-	-	-	-	-
Destinações para reserva de expansão	-	-	2.500	(2.500)	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(599)	(599)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.186	-	(7.186)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.541	-	-	(3.805)	(264)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	44.874	20.313	2.500	4.192	71.879
Mutações do Período	8.243	7.186	2.500	2.475	20.404
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	38.045	13.127	-	8.468	59.640
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.732	-	-	-	4.732
Baixas de capital	(1.444)	-	-	-	(1.444)
Resultado do período	-	-	-	9.814	9.814
Destinações	-	-	-	-	-
Destinações para reserva de expansão	-	-	2.500	(2.500)	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(599)	(599)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.186	-	(7.186)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.541	-	-	(3.805)	(264)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	44.874	20.313	2.500	4.192	71.879
Mutações do Período	6.829	7.186	2.500	(4.276)	12.239

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

	01/07/2017 a 31/12/2017	(Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	8.623	14.654	7.877	
Resultado do semestre/exercício	9.814	18.282	8.752	
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.191)	(3.628)	(875)	
(Reversão) para operações de crédito	(1.732)	(5.227)	(2.326)	
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	50	59	2	
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	30	30	(7)	
Depreciação do imobilizado de uso	787	1.526	910	
Amortização do intangível	129	268	134	
Baixas do ativo permanente	19	45	458	
Provisão para passivos contingentes	204	154	62	
Destinações ao FATES	(599)	(599)	(245)	
Dividendos SicrediPar	(79)	116	137	
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(76.981)	(18.099)	51.337	
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(53)	(56)	(54)	
Redução em relações interfinanceiras ativas	5.472	-	17	
(Aumento) Redução em créditos vinculados	136	192	(227)	
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(39)	(46)	23	
(Aumento) em operações de crédito	(70.706)	(97.238)	(34.003)	
Aumento em relações interfinanceiras passivas	25.600	30.021	3.796	
(Aumento) em outros créditos	(1.447)	(2.793)	(4.163)	
(Aumento) Redução em outros valores e bens	530	-	(278)	
Aumento (Redução) em depósitos	(64.442)	36.436	73.127	
Aumento em relações interdependências passivas	586	564	137	
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	12.046	12.046	-	
Absorção de dispêndios pelo FATES	(78)	(172)	(164)	
Aumento em outras obrigações	15.414	2.947	13.126	
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(68.358)	(3.445)	59.214	
Aquisição de Investimentos	-	(31)	-	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.734)	(4.386)	(3.854)	
Aplicações no Intangível	(344)	(596)	(413)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.078)	(5.013)	(4.267)	
Integralização de capital	4.732	6.352	3.884	
Baixa de capital	(1.444)	(2.500)	(2.875)	
Juros ao capital próprio	(264)	(264)	(190)	
Distribuição de Sobras	-	(867)	(827)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	3.024	2.721	(8)	
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(68.412)	(5.737)	54.939	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	178.397	115.722	60.783	
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	109.985	109.985	115.722	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 02/07/2008 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(29.353)	141	(29.212)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.548)	141	(9.407)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.481)	(141)	(11.622)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(13.856)	(77)	(13.933)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(14.694)	(64)	(14.758)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	6.529	4.940
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	103.456	110.782
Total	109.985	115.722

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	110	54
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	110	54
Total realizável a longo prazo	110	54

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	156.427	40.031	196.458	137.714
Financiamentos	6.078	2.859	8.937	3.821
Financiamentos rurais e agroindustriais	91.818	8.498	100.316	66.938
Carteira total	254.323	51.388	305.711	208.473

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	198	-	198	192
Títulos e créditos a receber (i)	10.270	1	10.271	7.062
Total	10.468	1	10.469	7.254

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	9	-	-	-
Nível A	0,50	91.270	84.268	456	422
Nível B	1,00	139.164	72.605	1.524	726
Nível C	3,00	57.904	31.365	1.737	941
Nível D	10,00	14.294	5.425	1.429	543
Nível E	30,00	2.954	3.272	886	982
Nível F	50,00	809	1.976	405	988
Nível G	70,00	307	335	215	235
Nível H	100,00	9.469	16.481	9.469	16.481
Total (i)		316.180	215.727	16.121	21.318

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016	Total da Carteira	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira		
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias			
Pessoas Físicas	3.797	37.461	87.259	26.620	155.137	108.982	
Rural	228	6.053	85.537	8.498	100.316	66.938	
Industrial	43	1.319	857	283	2.502	1.686	
Comércio	648	12.561	11.730	8.400	33.339	23.298	
Outros Serviços	353	9.055	7.890	7.588	24.886	14.823	
Total	5.069	66.449	193.273	51.389	316.180	215.727	

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	32.347	10,23	20.661	9,58
50 devedores seguintes	79.135	25,03	55.043	25,52
100 devedores seguintes	66.579	21,06	52.325	24,26
Demais	138.119	43,68	87.698	40,65
Total	316.180	100	215.727	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	21.318	23.651
Constituição de provisão	8.300	9.407
Movimentação de baixados para prejuízo	(13.497)	(11.740)
Saldo final	16.121	21.318

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.695 (2016 - R\$ 2.699), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 7.507 (2016 - R\$ 4.873).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	78	88
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.642	1.430
Devedores por depósitos em garantia	39	7
Impostos e contribuições a compensar	355	235
Títulos e créditos a receber	10.270	7.061
Valores honrados	-	12
Operações com cartões	24	12
Pendências a regularizar	169	281
Outros	65	846
Total Circulante	12.642	9.972

Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.094	1.168
Imóveis	1.018	1.092
Bens em regime especial	76	76
Despesas antecipadas	150	76
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(62)	(3)
Total Circulante	1.182	1.241

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 62 (2016 - R\$ 3) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	4.126	4.095
Sicredi Participações S.A.	4.304	4.304
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	8.432	8.401

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.395.935 ON	1.395.935 ON	2	2	4.125.868	4.095.194
	2.908.291 PN	2.908.291 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,49%	0,50%	1,22%	1,27%	10,44%	12,33%
Capital social	874.847	869.279	164	165	39.522	33.215
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	41.926	35.663
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	135	308
Valor do investimento	4.304	4.304	2	2	4.126	4.095

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	15.399	(3.866)	11.533	8.718
Imobilizações em curso	-	4.088	-	4.088	4.011
Edificações	4%	152	(30)	122	128
Instalações	10%	5.677	(1.401)	4.276	2.247
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.154	(700)	1.454	992
Sistema de comunicação	10%	218	(48)	170	101
Sistema de processamento de dados	20%	2.517	(1.332)	1.185	974
Sistema de segurança	10%	363	(136)	227	188
Sistema de transporte	20%	230	(219)	11	77
Intangível (i)		2.137	(715)	1.422	1.094
Investimentos Confederação		2.137	(715)	1.422	1.094
Total		17.536	(4.581)	12.955	9.812

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	54.420	-	-	54.420	48.632
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	53
Depósitos a prazo	543	3.850	161.543	165.936	135.235
Total	54.963	3.850	161.543	220.356	183.920

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	86.830	54.869
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	86.830	54.869
Outros Recursos	11.555	14.325
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	11.555	14.325
Total circulante	98.385	69.194

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	1.063	229
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.063	229
Outros Recursos	-	10
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	10
Total exigível a longo prazo	1.063	239

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10% a.a. com vencimentos até 01/10/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	12.046	-
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	12.046	-
Total circulante	12.046	-

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,08% a.m. + 100% CDI com vencimento até 23/11/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	11.835	13.360
Obrigações por convênios oficiais	4	2
Provisão para pagamentos a efetuar	3.680	2.792
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	242	88
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	778	1.406
Pendências a regularizar	155	218
Operações com cartões	10.094	6.793
Demais fornecedores	1.129	987
Credores diversos	1.041	949
Total circulante	28.958	26.595

Principal dívida subordinada cooperados (ii)	300	307
Total exigível a longo prazo	300	307

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	-	212	-	212
Cível	88	37	(95)	30
Total	88	249	(95)	242

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	212	-
Cível	Provável	30	88
Total		242	88

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 370 e R\$ 30 (2016 - R\$ 2 e R\$ 25), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	44.874	36.631
Total de associados	21.018	16.903

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 8.243 (2016 – R\$ 4.624), sendo R\$ 4.391 (2016 – R\$ 3.615) via integralização de resultados e R\$ 6.352 (2016 – R\$ 3.884), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.500 (2016 – R\$ 2.875).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.805, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Central - Sicredi Planalto Central, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.282	8.752
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.678)	(3.676)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	36	(2)
Provisão PPR	35	18
Receita com atos cooperativos	6.683	3.400
Juros sobre capital próprio	1.598	1.256
Outros	(674)	(996)
Subtotal	7.678	3.676
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	110	54
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	103.456	110.782
Outros Créditos - Rendas a receber	551	306
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	861	746
Despesas antecipadas (Nota 08)	101	46
Investimentos (Nota 09)	8.432	8.401
Intangível (Nota 10)	1.422	1.094
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	-	53
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	99.448	69.433
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	12.046	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	9.969	6.578
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6	362
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	1.736	1.082
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	13.159	18.395
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	2	23
Operações de Empréstimos e Repasses	6.688	4.712
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	763	751
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	5.912	4.760

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	645	1,19%	1.402
Depósitos a prazo	1.536	0,93%	2.524
Operações de crédito	8.850	2,89%	5.644

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.100	1.842

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	450	449
Despesa de aluguéis	2.274	1.966
Despesa de comunicação	1.152	810
Despesa de manutenção e conservação	1.121	981
Despesa de material	252	336
Despesa processamento dados	255	161
Despesa de promoções e relações públicas	921	1.101
Despesa de propaganda e publicidade	123	208
Despesa de seguro	224	284
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.125	937
Despesa de serviços de terceiros	518	465
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.450	1.347
Despesa de serviços de técnicos especializados	741	405
Despesa de serviços de transpostes	1.013	1.074
Despesa de viagem	596	455
Outras despesas administrativas	3.573	2.954
Total	15.788	13.933

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	344	1.891
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	13.047	14.082
Reversão de provisões operacionais	1.836	2.259
Outras rendas operacionais	374	4.544
Total	15.601	22.776

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.747	1.742
Contribuição O.C.E.	85	66
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	512	509
Contribuição Confederação Sicredi	3.752	2.647
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.105	901
Encargos da administração financeira	74	76
Repasso administradora de Cartões	357	310
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	268	135
Outras provisões operacionais	1.096	2.037
Outras despesas operacionais	1.804	6.335
Total	10.800	14.758

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	52.311	41.351
Total	52.311	41.351

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, a alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alcadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alcadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	70.995	51.087
Nível I (NI)	70.809	50.903
Capital principal - CP	70.809	50.903
Capital social	44.874	36.631
Reservas de capital	22.813	13.127
Lucros acumulados	4.192	1.717
Ajustes Prudenciais	(1.070)	(572)
 Nível II (NII)	 186	 184
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	186	184
 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	 409.049	311.736
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	459	351
Margem de Capital (i)	27.586	19.953
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,36%	16,39%
Situação de Imobilização (Imob)	11.888	9.242
Índice de Imobilização (Imob / PR)	16,74%	18,09%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Ronaldo Sorana Gomes
Diretor Executivo
CPF: 822.231.491-20

Mario Gustavo Aquino
Diretor de Operações
CPF: 816.961.591-72

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20